

Participação social e protagonismo feminino no Programa de ATES do RS: o caso do grupo de mulheres “Frutos da Terra” de Tupanciretã/RS
Social participation and female protagonism in the ATES Program in RS: the case of the “Frutos da Terra” women's group in Tupanciretã/RS

COSTA, Juliana de Almeida¹; BETTO, Janaína²; ZARNOTT³, Alisson Vicente

¹ Universidade Federal de Santa Maria, julianaalmeidacosta2017@gmail.com; ² Universidade Federal de Santa Maria, janabetto@gmail.com; ³ Universidade Federal de Santa Maria, alisson.zarnott@gmail.com

RESUMO EXPANDIDO

Eixo Temático: Políticas Públicas e Agroecologia

Resumo: O Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental para a Reforma Agrária no Rio Grande do Sul oportunizou a vivência de um acesso continuado a ações de Extensão Rural para famílias assentadas ao longo de 9 anos. O objetivo deste estudo é compreender a importância da participação feminina junto ao Núcleo Operacional de Tupanciretã ao longo deste período. Os espaços de participação social juntamente com a sistematização de experiência do grupo de mulheres “Frutos da Terra”, fortaleceu o protagonismo das mulheres assentadas. Após seis anos do término do Programa de ATES, o grupo “Frutos da Terra” continua reunindo-se. Destaca-se a importância de uma política de ATER de caráter contínuo, que impacta positivamente as diferentes dimensões do viver.
Palavras-chave: reforma agrária; extensão rural; protagonismo feminino; agroecologia.

Introdução

Durante nove anos (2009 – 2017) as áreas de reforma agrária do Rio Grande do Sul (RS) foram assessoradas por equipes técnicas multidisciplinares organizadas em Núcleos Operacionais (NO) e vinculadas a diferentes prestadoras¹: Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda (COPTec), Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP) e Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-ASCAR RS). Estas foram contratadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) através de chamada pública para execução do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) via Superintendência do INCRA do RS².

O Programa de ATES foi central para acesso e efetivação de uma série de políticas públicas destinadas às famílias assentadas no RS, público que historicamente teve pouco ou nenhum acesso a estas. Embora políticas de assistência técnica,

¹ As Prestadoras concorreram em chamada pública aberta em 2009 que previa apresentação de proposta técnica para execução de ações e estrutura mínima para desenvolvimento das ações.

² O Programa tinha parcerias com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), para assessoria ao Programa (ZARNOTT, 2018).



financeira e acesso a políticas de fomento produtivo fossem previstas no Estatuto da Terra de 1964, poucas foram as tentativas de implementação das mesmas (NEUMANN, DALBIANCO E ZARNOTT, 2018). Esse processo foi alterado a partir de 2002 com a eleição de um governo progressista que buscou – com vários limites - reparar apagamentos e construir reconhecimento social e político e inserção produtiva das famílias assentadas. Para tal, demandou um serviço de Extensão Rural ao mesmo tempo plural, multidisciplinar e robusto. Assim originou-se o Programa de ATES.

Esse artigo tem por objetivo refletir sobre a participação das mulheres assentadas como beneficiárias e protagonistas do Programa de ATES no NO de Tupanciretã, a partir da análise da participação nos Conselhos Regionais de ATES (CRA) e da ação de sistematização da experiência do grupo de mulheres “Frutos da Terra”.

Metodologia

O artigo foi estruturado como pesquisa qualitativa, a qual Minayo (1993) conceitua como aquela que se dedica a analisar um nível de realidade difícil de ser mensurado por números, trabalhando assim com o universo simbólico. Para isso foi realizado um estudo de caso, buscando uma apreensão da realidade por meio do estudo da sistematização da experiência da equipe de ATES do NO de Tupanciretã de 2014, da consulta aos relatórios dos Conselhos Regionais de ATES do NO Tupanciretã, de revisão bibliográfica sobre a participação social e o sistema de governança desenvolvidos no Programa de ATES, assim como sobre mulheres rurais assentadas, além da vivência experienciada pelos autores que participaram do Programa de ATES.

O programa de ATES no RS e a participação das mulheres

O Programa de ATES foi desenvolvido nos assentamentos do RS ao longo de 9 anos³. A composição das equipes era multidisciplinar e as ações orientadas por princípios educativos, participativos e agroecológicos baseados na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural-PNATER. As ações buscavam atender à complexidade⁴ das demandas dos territórios rurais do RS, abrangendo 11.395 famílias assentadas em 88 municípios (ATES, 2014). Embora tenha iniciado com ações fixas para todas as regiões, ao longo dos anos foi ganhando contornos menos estáticos e permitindo proposições regionalizadas, repactuadas anualmente. Estas mudanças favoreceram ações extensionistas educativas nos NOs e a

³ O Programa tinha abrangência estadual de assessoria às famílias assentadas do RS. Em função de fatores diversos e do golpe parlamentar (2016) e com extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, esta política, assim como diversas outras, deixou de ter orçamento e foi extinta.

⁴ O Programa buscou abranger as diferentes dimensões do viver no campo e das particularidades da vida em áreas reformadas, construindo ações de cunho ambiental, social e produtivo de maneira cotidiana. A maturidade das equipes e do próprio Programa permitiu que muitas vezes estes objetivos fossem cumpridos, como é o caso da Sistematização de experiências.



participação crescente das famílias assentadas nas decisões acerca do trabalho a ser realizado.

A participação se consolidou através da representação das famílias assentadas junto aos CRA. Zarnott (2018) afirma que, embora fosse importante a participação das famílias nos CRA, houve limites como a masculinização destes. Para fins de retificação, foi construída uma proposta conjunta entre prestadoras, UFSM e INCRA, para ampliar a participação feminina: cada assentamento indicaria dois representantes, sendo obrigatória a indicação de, no mínimo, uma mulher (podendo ser duas, nunca dois homens). Esta política afirmativa, segundo Zarnott (2018), não trouxe resultados imediatos em todas as regiões, no entanto, no NO Tupanciretã, assistido pela COPTec, esta política fortaleceu a participação de mulheres nas decisões e no desenvolvimento das ações de ATES nos assentamentos.

Tupanciretã é conhecido como um dos maiores produtores de soja do RS. Desenvolver ações relacionadas à Agroecologia no município foi um desafio, no entanto, havia uma bacia leiteira desenvolvida com protagonismo feminino no trabalho cotidiano. As mulheres demonstravam maior preocupação com o uso dos agrotóxicos e com o avanço da soja. Nesse âmbito, as ações sobre produção agroecológica, oficinas de produção de caldas e insumos orgânicos, assim como atividades ligadas a medicina natural, fitoterapia e homeopatia popular, passaram estar cada vez mais presentes à medida que aumentava a participação feminina.

A produção de alimentos para autoconsumo é uma preocupação das mulheres e, de acordo com Paulilo (2016), isso ocorre devido à atribuição social do ato de cuidar às mulheres. Para a autora, é delas as principais preocupações com a qualidade da alimentação e com o uso de agrotóxicos, o que parece ter sentido ao notar a influência da participação das mulheres nos CRA, que contribuiu para maior sintonia entre as propostas de ações construídas e os princípios norteadores do Programa, influenciando na construção de atividades vinculadas aos princípios da Agroecologia.

Outro aspecto relevante do Programa era a formação permanente das equipes de ATES, tanto a nível estadual, e regional, via Assessoria Técnico Pedagógica (ATP), pela parceria com a UFSM. Uma das áreas de atuação do Programa era a social, que previa ações sobre educação, saúde, bem estar, gênero e juventude. Para maior acúmulo nessa área, acerca das metodologias a serem desenvolvidas e seus desdobramentos, foi realizado o “Encontro Estadual de Técnicos de ATES com Enfoque na Área Social” em 2012. Segundo Miranda, Zarnott e Zanella (2018), nesse encontro surgiu a ideia de sistematizar experiências agroecológicas, que se tornou uma meta estadual em 2013⁵. Capacitações foram desenvolvidas a nível estadual e regional, contribuindo na qualificação das sistematizações.

⁵ A implantação da meta estava ligada à necessidade de metodologias mais condizentes com os princípios do programa, o que não se deu sem resistências por parte de técnicos.



Entre 2013 e 2015, anualmente cada NO sistematizou uma experiência e compartilhou no Encontro Estadual de ATES ao final do ano⁶. Em 2014 o NO Tupanciretã decidiu sistematizar a experiência do grupo de mulheres “Frutos da Terra”, do assentamento Nova Aliança, que vinha construindo junto com a equipe de ATES uma gama de atividades em diferentes áreas (fitoterapia, homeopatia, panificados, artesanatos, agroindústria) e se colocando como referência regional em termos de participação feminina e organização comunitária. Essa sistematização trouxe reflexões e desdobramentos importantes para as mulheres do grupo, mas também para a comunidade do assentamento, a equipe técnica e as famílias em geral, impactando os demais assentamentos da região.

A experiência do grupo de mulheres Frutos da Terra

O grupo de mulheres Frutos da Terra se reúne na sede comunitária do Assentamento Nova Aliança, em Tupanciretã-RS, com capacidade para 70 famílias⁷. O município possui cerca de 700 famílias assentadas, as quais, mesmo não sendo destaque nas mídias, apresentam farta diversificação alimentar e uma bacia leiteira estruturada, muitas vezes protagonizada por mulheres. Nesse assentamento as mulheres, além da busca pela garantia da produção de alimentos para o autoconsumo, também possuem uma organização comunitária que, de 2008 a 2017, foi palco de geração de renda, organização de feiras, organização social e muitas outras iniciativas, inclusive uma horta de plantas medicinais na sede da comunidade.

Em 2014 o coletivo foi escolhido pela equipe para a sistematização como modo de valorizar e fortalecer o grupo, permitindo que o mesmo vislumbrasse seus potenciais, suas fragilidades e o que gostariam para o futuro. Foi um grande desafio sistematizar essa experiência, pois o grupo não era institucionalizado, não tinha uma estrutura produtiva ou um foco central na geração de renda. Ele é um grupo de mulheres que concentra o público feminino de um assentamento de difícil acesso, que fica a 35 km da sede do município. Nele se concentram muitas “vontades” e mediar as diferentes aspirações talvez tenha sido o maior desafio interno.

No entanto, sistematizar estimulou muito a equipe a vislumbrar os processos coletivos como potenciais de organização. Ao longo de dois meses o grupo protagonizou uma série de atividades a fim de sistematizar a própria experiência coletiva. Dentre elas, quatro foram pensadas, estruturadas e executadas para fins da elaboração do documento requerido pelo INCRA via Programa de ATES. Outras atividades foram construídas por elas, que foram muito propositivas junto à equipe de ATES.

⁶ Cumprindo o papel de sistematizar e divulgar a experiência, conforme Holliday(2016) e Eckert (2008).

⁷ A organização deste grupo foi alvo de críticas, por reunir mensalmente para fins diversos. As críticas eram no sentido de desestímulo e desqualificação do grupo e de suas atividades.



As 4 atividades fizeram uma construção simbólica do significado do grupo através de desenhos individuais, resgate fotográfico com as famílias para reconstruir a história do assentamento (mais de 150 fotografias), transformação de cada desenho em um retalho que foi bordado e, ao longo dessa tessitura, memórias foram reestabelecidas e vivências passaram a tomar forma de reflexões críticas e proposições para o futuro. Um dos maiores desafios no ato de sistematizar foi mobilizar o restante da comunidade, aqueles que não tinham relação direta com o grupo.

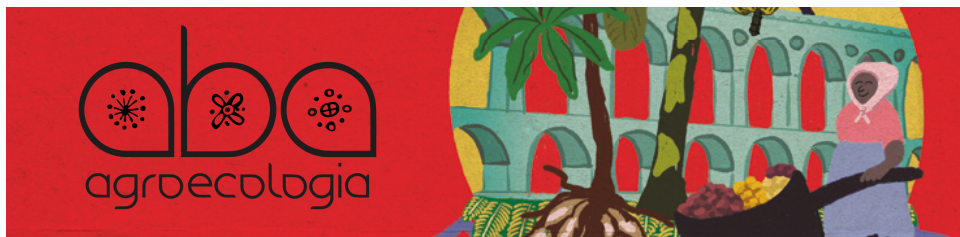
Os bordados em quadradinhos de algodão cru foram todos costurados, dando origem a uma grande colcha com cerca de 30 retalhos. Ao passo que a colcha ia se formando, as fotografias apresentadas também contribuíam para que as mulheres acumulassem coletivamente sobre o grupo, suas ações, seus limites, suas potencialidades e seu futuro. No final da quarta atividade as mulheres e a equipe tinham, além de uma colcha de retalhos e um texto, uma proposta de continuidade futura para o grupo.

Para fins de encerramento, foi construída uma quinta atividade, de celebração e apresentação da sistematização para toda a comunidade. Nela foi realizada uma mostra virtual das fotografias resgatadas, uma apresentação da sistematização escrita, a apresentação da colcha de retalhos e uma dança circular das mulheres. Esse dia teve uma ampla participação comunitária, demonstrando que a sistematização conseguiu sensibilizar para a importância do grupo. Também teve um delicioso almoço festivo e muito reconhecimento comunitário àquelas mulheres.

O processo de sistematização desta experiência construiu pontes para as mulheres do grupo “Frutos da Terra”. Os apontamentos futuros construídos incluíam gerar renda para as mulheres jovens e para adolescentes que faziam parte do grupo com suas mães, ao passo que o grupo seguia como alternativa de organização social para as que tinham uma vida financeira mais consolidada, o que não as desuniu, ao contrário, os aprendizados no processo fortaleceram os vínculos.

O interesse por fortalecer ações de saúde popular foi outro elemento importante, assim como a melhoria das condições da casa comunitária. No entanto, o resultado de maior impacto de todo o processo de sistematização foi a consciência coletiva de reconhecimento da importância do grupo. Esse elemento trouxe transformações em todas as pessoas envolvidas: nelas mesmas, consolidando a autoestima; na equipe de ATES do NO, que passou a valorizar ainda mais as proposições trazidas por elas, entendendo-as como chave para o desenvolvimento de processos de transição para uma vida mais sustentável; para a sua comunidade, que compreendeu a relevância do grupo; e para as famílias assentadas em Tupanciretã, que vislumbraram um processo de incentivo ao protagonismo feminino impactando outros assentamentos.

A sistematização influenciou positivamente na continuidade do grupo, que ainda segue se reunindo devido, principalmente, ao reconhecimento dessas mulheres da



importância de estarem unidas, se fortalecendo, para chegar a dias melhores. Atualmente, após seis anos sem ATEs e sem outras políticas de apoio (como para a participação em feiras) o grupo mantém apenas a realização de atividades recreativas, no entanto, é o único grupo que se mantém organizado e atuante na região.

Conclusões

A partir do estudo é possível confirmar os benefícios alcançados com Extensão Rural continuada e ênfase na equidade de gênero. O término do programa fragilizou a inserção produtiva das mulheres, pois seus produtos não fazem parte das linhas de crédito de financiamento de lavouras e não houve políticas públicas para este fim por seis anos. Mesmo assim, o grupo de mulheres segue realizando a importante tarefa de ocupação da sede comunitária do assentamento, trazendo vida social ativa ao local, tecendo relações que remetem a construção de um bem-viver comunitário.

Evidencia-se que um serviço de Extensão Rural de longo prazo, com caráter educativo e com participação social, pode trazer impactos positivos e duradouros nas dinâmicas sociais no meio rural, nesse caso favorecendo o protagonismo feminino e a organização comunitária. Desse modo, o referido programa pode vir a servir como referência para se pensar a estruturação da política de ATER na atualidade.

Referências bibliográficas

ASSISTÊNCIA TÉCNICA, SOCIAL E AMBIENTAL DO RS. **Sobre-nos**. Santa Maria, RS: UFSM, 2014. Disponível em: <https://ates-rs.webnode.page/sobre-nos/>. Acesso em: 11 jul. 2023.

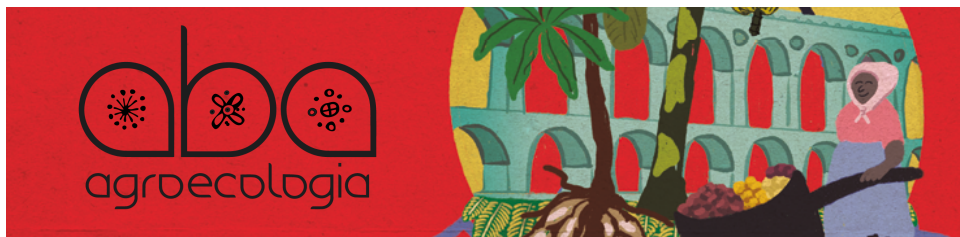
ECKERT, Córdoba. **Orientação para elaboração de sistematização de experiências**. Porto Alegre: Emater/RS-Ascar, 2008.

HOLLIDAY, Oscar J. **Para sistematizar experiências**. Brasília: MMA, 2006.

MINAYO, Maria C. de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria C. de S. et al (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 9 – 30.

MIRANDA, Fernanda Q.; ZARNOTT, Alisson V.; ZANELLA, Francis C. O processo de sistematização de experiências como instrumento de extensão rural. In: Dalbianco, Vinícius P. et al (org.). **Uma nova extensão rural pública: a experiência pluralista e descentralizada da assessoria técnica, social e ambiental (Ates) no Estado do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Editora Unijuí, 2018. p. 163 – 178.

NEUMANN, Pedro S.; DALBIANCO, Vinícius P.; ZARNOTT, Alisson V. A política pública de extensão rural em assentamentos da reforma agrária. In: Dalbianco, Vinícius P. et al (org.). **Uma nova extensão rural pública: a experiência pluralista e descentralizada da**



assessoria técnica, social e ambiental (Ates) no Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí: Editora Unijuí, 2018. p. 17-50.

PAULILO, Maria I. FAO, fome e mulheres rurais. *In: Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016. p. 327 - 354.

ZARNOTT, Alisson V. A centralidade da participação social. *In: Dalbianco, Vinícius P. et al (org.). Uma nova extensão rural pública: a experiência pluralista e descentralizada da assessoria técnica, social e ambiental (Ates) no Estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Editora Unijuí, 2018. p.113 – 142.